



FACULDADES MAGSUL

JHENNYFER DE OLIVEIRA BUSSOLA

**BALANÇO SOCIAL COMO INDICADOR DE BENEFÍCIOS PARA A
COMUNIDADE: UMA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DA EMPRESA NATURA**

Ponta Porã – MS

2019

JHENNYFER DE OLIVEIRA BUSSOLA

**BALANÇO SOCIAL COMO INDICADOR DE BENEFÍCIOS PARA A
COMUNIDADE: UMA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS DA EMPRESA NATURA**

Trabalho de Conclusão Curso – TCC
apresentado à Banca Examinadora das
Faculdades Integradas de Ponta Porã, como
exigência parcial para obtenção do título de
Bacharel/Licenciado em Ciências Contábeis

Orientador: MSc. Alex Ferreira da Silva.

Ponta Porã – MS

2019

JHENNYFER DE OLIVEIRA BUSSOLA

**BALANÇO SOCIAL COMO INDICADOR DE BENEFÍCIOS PARA A
COMUNIDADE: UMA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS DA EMPRESA NATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado à Banca Examinadora das
Faculdades Magsul, como exigência
parcial para obtenção do título de Bacharel
em Ciências Contábeis.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Professor MSc.
Alex Ferreira da Silva
Faculdades Magsul.

Prof. Aldecir da Silva Leite
Faculdades Magsul.

Ponta Porã, 27 de fevereiro de 2020.

Dedico este trabalho aos meus pais que sempre estiveram ao meu lado me incentivando e me apoiando nesta trajetória.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus por me sustentar e me dar forças em minha caminhada.

Agradeço ao meu orientador e grande amigo, Alex Ferreira da Silva, por me auxiliar neste trabalho, transmitindo seus conhecimentos, sempre me incentivando a ser uma pessoa cada vez melhor.

Agradeço aos meus pais José Aparecido Bussola e Dalva Cristina Oliveira Bussola, que me deram grandes oportunidades, sempre estiveram ao meu lado nas alegrias e dificuldades, torcendo pela minha vitória.

Agradeço a Luis Menesses, por sempre acreditar no meu potencial, se fazendo presente nessa trajetória. E também deixo meus agradecimentos a Josimara Reis, Mariana Lima, Nara Susi, Eduardo Dauzacker e Richar Valdez, amizades valiosas, pessoas que se fizeram presentes me dando apoio ao longo desse trajeto.

BUSSOLA, Jhennyfer de Oliveira. **BALANÇO SOCIAL COMO INDICADOR DE BENEFÍCIOS PARA A COMUNIDADE** : Uma Análise Das Demonstrações Contábeis Da Empresa Natura. 47 f. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis – Faculdades Magsul, Ponta Porã, 2020.

RESUMO

A tecnologia vem se desenvolvendo constantemente dia após dia, surge assim um ambiente competitivo onde a empresa além de se preocupar com fatores ligados à lucratividade da empresa também deve se atentar aos benefícios e incentivos que pode proporcionar à sociedade, fazendo com que haja um maior desenvolvimento social. O balanço social, surge como uma ferramenta utilizada pelas empresas como forma de evidenciar em índices e números a ação da empresa para com o meio ambiente e a sociedade. O objetivo será realizar a análise da utilização do Balanço Social pela empresa Natura como um indicador de benefícios para a comunidade, evidenciando indicadores que compõem o balanço social, e analisando os benefícios que são destinados à sociedade, utilizando como metodologia a coleta de dados nos anos de 2017 e 2018, em um relatório financeiro da empresa Natura que anualmente é publicado para seus usuários, onde está disponibilizado todas as atividades efetuadas pela empresa no determinado exercício. A partir de tais dados, foi realizada a comparação entre os exercícios e identificado que na área social a empresa utilizou do programa Crer para Ver, e de um ano para outro aumentou seu índice em 7,96% de famílias beneficiadas como também aumentou sua arrecadação em aproximadamente 23,8%. Em relação ao indicador econômico, a empresa contribuiu para o governo uma taxa de aumento de um ano para outro em 21,06%. E para o aspecto de índice ambiental, foi analisado a relação da empresa com o consumo de matérias primas de origem Pan-Amazônica, onde a empresa alcançou um índice que reduziu de um ano para outro aproximadamente 5,84%, já que ao ano de 2017, o percentual era de 18,1% em 2017 e ao ano de 2018 passou a ser 17,1%. Foi possível demonstrar que cada vez mais surgem empresas, que possuem a conscientização e responsabilidade social na busca de um meio ambiente e sociedade melhores e preparadas para o futuro. A Natura se sobressai em seus ótimos índices, servindo como modelo e exemplo tanto no ambiente interno, com seus sócios, direção e colaboradores, como também no ambiente externo, acionistas, investidores e clientes.

Palavras-chave: Balanço social. Responsabilidade Social. Indicadores. Benefícios.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipos de indicadores	28
Quadro 2 – Índices Sociais.....	37

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pagamento ao governo comparado à renda bruta arrecada.....	38
Figura 2 - Consumo de matérias primas de origem pan-amazônica (% em relação a milhões).....	40
Figura 3 - Consulta Relatório Anual Natura 2018.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BS - Balanço Social

GRI - Global Reporter Initiative

IBASE - Instituto Brasileiro De Analises Sociais E Econômicas

IBRACON - Instituto Dos Auditores Independentes Do Brasil

PIB - Produto Interno Bruto

SCEA - Sistema De Contas Econômicas Ambientais

SCN - Sistema De Contas Nacionais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.2 OBJETIVOS	11
1.2.1 Objetivo Geral	11
1.2.2 Objetivos Específicos	11
1.3 JUSTIFICATIVA	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 CONTABILIDADE	14
2.1.1 Contabilidade Social	15
2.1.2 Contabilidade Ambiental	15
2.1.2.1 Ativo Ambiental	17
2.1.2.2 Passivo Ambiental	19
2.1.2.3 Custos e Despesas Ambientais	21
2.1.2.4 Receita Ambiental	22
2.2 BALANÇO SOCIAL	23
2.2.1 Evolução do Balanço Social	25
2.2.2 GRI (Global Reporter Initiative) e Indicadores	26
2.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL	29
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	32
3.1 Caracterização dos Objetivos da Pesquisa	32
3.2 Desenvolvimento da Pesquisa	33
3.3 Abordagem do Problema	33
3.4 Instrumento de Coleta de Dados	34
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	36
4.1 Indicador Social	36
4.2 Indicador Econômico	37
4.3 Indicador Ambiental	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43
ANEXOS	47

1 INTRODUÇÃO

A tecnologia vem se desenvolvendo constantemente no mundo globalizado ao qual nos encontramos, surge assim um ambiente competitivo onde a empresa além de se preocupar com fatores ligados à lucratividade da empresa, como exemplo, a concorrência, qualidade de produtos, custos e logísticas, também deve manter um foco na parte de contribuir voluntariamente em questões sociais, como levar benefícios e incentivos a sociedade em que se encontra, proporcionando não só um desenvolvimento social, como também contribuindo com a preservação do meio ambiente ao qual vivemos.

As empresas podem explorar a competitividade e os fatores externos que lhes trouxer mais benefícios, porém, devem dar atenção ao julgamento da sociedade, pois, o público cada vez mais se atenta ao posicionamento da organização quando se trata de questões com relação à preservação de recursos naturais, aos padrões mínimos de saúde, segurança e educação de seus colaboradores. Diante dessa situação, consumidores, acionistas e fornecedores começam a demandar das empresas atitudes que levem em consideração tais valores sociais e ambientais. (ALIGRELI, KRUGLIANSKAS, et al., 2009)

No Brasil, as organizações buscam formas de apresentar, desempenhar e demonstrar sua responsabilidade social, onde o Balanço Social é atuante como uma forma de divulgação, ou seja, trata-se de uma ferramenta onde participantes da empresa, como sócios, acionistas, fornecedores, investidores e consumidores tem uma visão mais definida de como a empresa se dispõe quando o assunto se trata de sua responsabilidade social, portanto, ganha cada vez mais espaço, e se torna cada vez mais relevante na tomada de decisão de investimentos e compras.

Segundo Gelbcke *et al.* (2018, p.8), o balanço social tem objetiva evidenciar a ação da empresa para com o meio ambiente, e para isso utiliza quatro vertentes, as quais são o Balanço Ambiental, o Balanço de Recursos Humanos, a Demonstração do Valor Adicionado e Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral.

O trabalho tratará do assunto balanço social como indicador de benefícios para a comunidade. À vista disso, serão aspectos a serem discutidas, a análise e as vantagens do uso do balanço social para as empresas, os indicadores que constituem o balanço social e os impactos que tal demonstração oferece à sociedade.

Nesse sentido o trabalho busca responder à seguinte questão: Como a empresa Natura utiliza o BS como um indicador de benefícios para a comunidade?

1.2 OBJETIVOS

Serão apresentados, o objetivo geral e os objetivos específicos, os quais definirão o caminho da pesquisa, para que assim se alcance as respostas do problema apresentado.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a utilização do Balanço Social pela empresa Natura como um indicador de benefícios para a comunidade.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Apresentar os benefícios do balanço social para as empresas;
- Evidenciar exemplos de indicadores que compõem o Balanço Social;
- Destacar os impactos sociais demonstrados pelo Balanço Social para a comunidade;

1.3 JUSTIFICATIVA

A organização que se preocupa com a comunidade e o meio ambiente em que vive, é aquela que expressa ao público, quais seus planos, ações e perspectivas, e o que se pode oferecer e planejar para a comunidade onde está localizada, quando o assunto se trata da responsabilidade social. Sendo assim as empresas nas últimas décadas vem adotando uma melhor conduta, tendo a ciência que, por possuírem grande influência, podem elaborar projetos e ações para causas sustentáveis e conscientes, construindo um meio ambiente mais justo economicamente mais vantajoso.

O balanço social, é uma demonstração a qual evidencia as atividades que a empresa está desempenhando, demonstrando suas atividades e sua relação com a sociedade e também funciona como uma ferramenta importante para mostrar a transparência da empresa, melhorando assim a relação desta com a coletividade.

Aderindo o a responsabilidade socioambiental, a empresa adquire diversas vantagens, beneficia todas as partes, aumenta a produtividade, seus colaboradores são motivados e bem dispostos para desempenhar seu papel, além de ter a ciência de participar de uma empresa que se preocupa não só com a lucratividade mas também com as demais partes envolvidas, além disso a organização é bem vista pela comunidade alcançando satisfação de seus consumidores, e partes que possuem interesse de investimento nesta, como sócios, acionistas e fornecedores. A empresa desencadeia uma série de benefícios, pois pode obter incentivos fiscais, atrair investidores, obter uma visão positiva e transparente para sua empresa, além de satisfazer o consumidor que valorizará sua marca.

Nessa concepção, o intuito é não só evidenciar os benefícios, impactos e indicadores que o balanço social pode oferecer como também busca apresentar publicamente que a organização que obtém uma visão socioambiental, não somente visa lucros, mas também está preocupada com as questões sociais, ou seja, com o desempenho social.

Portanto, o presente trabalho, procura contribuir e ampliar o conhecimento, despertando uma maior reflexão sobre a responsabilidade social e toda a dimensão que este assunto possui.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE

A contabilidade oferece informações cruciais para o controle da empresa, onde a entidade pode avaliar seus bens, direitos e obrigações, utilizando-se de dados, suportes e avaliações decisivas para tomadas de decisões (Siqueira, et al., 2014, p.12).

Para Coelho e Lins (2010, apud, Siqueira, et al.) a contabilidade,

Reúne um conjunto de conhecimentos sistematizados que possibilitam o estudo, registro, controle e mensuração do patrimônio de uma pessoa física ou jurídica, tanto nos aspectos quantitativos quanto qualitativos, no intuito de prover aos seus usuários, à tomada de decisão por meio de demonstrativos e análises, informações econômicas, financeiras sobre o resultado apurado.

O objetivo da contabilidade é controlar o patrimônio das empresas e todas as variações que estiverem presentes (MOURA, 2013).

De acordo com Marion (2018), ao se tratar do surgimento da contabilidade,

Surgiu basicamente da necessidade de donos de patrimônio que desejavam mensurar, acompanhar a variação e controlar suas riquezas. Daí, poder-se afirmar que a Contabilidade surgiu em função de um usuário específico, o homem proprietário de patrimônio, que, de posse das informações contábeis, passa a conhecer melhor sua “saúde” econômico-financeira, tendo dados para propiciar tomada de decisões mais adequadas (MARION, 2018).

Em consonância com Moura (2013) “a contabilidade, é uma ciência social que tem por objeto o patrimônio das entidades econômico-administrativas”, é uma ferramenta essencial para o bom funcionamento e manutenção da empresa e negócios, pois, disponibiliza informações riquíssimas para a boa gestão da empresa.

2.1.1 Contabilidade Social

De acordo com Siqueira *et al.* (2014), a contabilidade social frisa a necessidade da organização adotar uma administração participativa, ou seja que envolva todos os níveis que formam o sistema social e organizacional.

Este ramo da contabilidade, faz parte da macroeconomia, buscando tratar aspectos que registrem a atividade produtiva ocorrida em um país.

A Contabilidade Social segundo Trevisan (2014), foi um estudo que surgiu a fim de beneficiar a sociedade, no sentido de levantarem o sistema contábil e os fenômenos que o patrimônio social oferecia.

Rossetti, (1941, p.47), aborda que,

O objeto de que trata a Contabilidade Social é a mensuração das diversas categorias de transações econômicas que se verificam entre os diferentes setores e agentes que compõem o quadro das economias nacionais. Na hipótese de os agentes realizarem transações econômicas com outras nações, estas também serão objeto de sistemática mensuração (ROSSETTI, 1941, p.47).

Sendo assim, a contabilidade social reúne instrumentos de mensuração capazes de auferir o movimento da economia de um país em um determinado período de tempo, por exemplo, os níveis de produção, consumo, investimentos, exportações e importações.

2.1.2 Contabilidade Ambiental

Contabilidade Ambiental pode ser definida como a ciência que estuda o patrimônio ambiental das organizações, tais como seus bens, direitos e obrigações relacionadas as questões ambientais, tendo como objetivo disponibilizar aos seus usuários, informações sobre os fatos ambientais que afetam diretamente no patrimônio da empresa, podendo assim identificar, analisar e evidenciar tal situação ocorrida (SANTOS; SILVA; SOUZA, 2001).

Ao se tratar da contabilidade ambiental, Ribeiro (2010, p.45), aborda que,

A contabilidade ambiental não é uma nova ciência, mas sim, uma segmentação da tradicional já, amplamente, conhecida. Adaptando o objetivo desta última, podemos definir como objetivo da contabilidade ambiental: identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando a evidenciação da situação patrimonial de uma entidade (RIBEIRO, 2010, p.45).

A contabilidade ambiental apresenta condições, já que possui uma base sistemática de registro e controle de contribuir de forma positiva no campo de proteção ambiental, trazendo dados econômicos e financeiros que são resultados das interações de entidades que se utilizam da exploração do meio ambiente (SANTOS; SOUZA, 2019).

Diante da necessidade da contabilização dos atos e fatos ambientais, foi disponibilizado um sistema de contas para que empresas pudessem seguir os métodos e instruções corretas para realizar o levantamento e apuração das informações e dados dos elementos ambientais, antes da criação de tal mecanismo, não havia instruções para que as empresas realizassem o levantamento dos dados, pois, segundo o portal do Ministério do Meio Ambiente,

A lógica contábil do Sistema de Contas Nacionais (SCN) permite uma avaliação do desempenho global da economia, por meio da apresentação das relações entre os agentes econômicos, as transações, atividades, produtos, e ativos e passivos. Calcula-se assim o Produto Interno Bruto (PIB), que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região durante um período determinado. A contribuição das atividades econômicas para a economia pode ser medida por um indicador como o PIB, no entanto este indicador não incorpora a contribuição que os recursos naturais (incluindo os ecossistemas) têm na economia. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE).

À frente de tal fato, surge o Sistema de Contas Econômicas Ambientais (SCEA) que trata se de métodos estruturados e ordenados para a contabilidade de recursos naturais (como água, florestas e ecossistemas) associados à atividade econômica. O SCEA faz um complemento ao SCN utilizando seus princípios contábeis às informações ambientais, e permite uma análise combinada entre dados ambientais e informações econômicas (em termos físicos e monetários) em uma única estrutura (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE).

Segundo Tinoco e Kraemer (2011, p. 129), a contabilidade ambiental se classifica em três tipos,

Contabilidade Nacional: esta contabilidade ambiental pode considerar unidades físicas ou monetárias de acordo com o consumo de recursos Naturais da nação, sejam renováveis ou não renováveis. Nesse contexto, a contabilidade ambiental tem sido denominada “contabilidade de recursos naturais”.

Contabilidade Financeira: relacionada com a preparação dos demonstrativos contábeis, baseados nos Princípios Fundamentais da Contabilidade. Nesse contexto, objetiva a mensuração, a avaliação e a informação das responsabilidades ambientais do ponto de vista financeiro e sua divulgação aos *stakeholders*

Contabilidade Gerencial: Tem por objeto o processo de identificação, compilação e análise de informação, principalmente para fins internos, gerenciais. Está dirigida a gestão de resultados, que compreende a produção, aos custos e as receitas, em especial, para tomada de decisões (TINOKO; KRAEMER, 2011, p. 129).

Se as empresas levarem em consideração os riscos e benefícios que suas atividades econômicas e financeiras desempenham, bem como sua avaliação patrimonial, disponibilizarão aos usuários que utilizam e analisam as demonstrações contábeis, em relação ao modo de agir da administração e atividade operacional da empresa, tal consciência das atividades da empresa. A sociedade poderá ter acesso aos fatos, e a empresa contribuirá para um futuro que proporcionará condições a um meio ambiente preservado para as próximas gerações. Tal ação poderá trazer diversos benefícios pois, investidores, acionistas e outros interessados terão em mãos fontes de informações claras para que possam investir na empresa (RIBEIRO, 2010).

2.1.2.1 Ativo Ambiental

Ativo Ambiental são os bens que a empresa adquire com o intuito e objetivo de controlar, preservar e recuperar o meio ambiente. É um recurso de direção da empresa que provém de eventos passados, o qual se esperar um fluxo de benefícios no futuro (SANTOS; SOUZA, 2019).

Em sua concepção, Tinoco e Kraemer (2011, p 154), abordam que a classificação de ativo ambiental é dada da seguinte forma,

- Os ativos ambientais representam os estoques dos insumos, peças, acessórios, etc, utilizadas no processo de eliminação ou redução dos níveis de poluição e geração de resíduos.
- Os investimentos em máquinas, equipamentos, instalações, etc, adquiridos e/ou produzidos com intenção de amenizar os impactos causados ao meio ambiente;
- Os gastos com pesquisa visando o desenvolvimento de tecnologias modernas, de médio e longo prazo, desde que constituam benefícios ou ações que irão refletir nos benefícios seguintes (TINOCO E KRAEMER, 2011, p. 154).

Os ativos ambientais possuem relação com investimentos em tecnologias, matérias primas e procedimentos de prevenção, técnicas e processos de diminuição ou eliminação de agentes poluentes ou aqueles que podem representar riscos ao meio ambiente, tais riscos que podem também afetar à saúde pública e dos trabalhadores (HENDGES, 2013).

Ferreira (2006, p. 98-99), classifica o ativo ambiental em dois grupos, quando se trata de produtos acabados, sendo eles:

- Ativo renovável: é a produção contínua do meio ambiente sem risco de extinção devido ao uso;
- Ativo não renovável: é a falência do recurso pelo fato de a natureza não conseguir reconstitui-lo;

Evidenciar os ativos na contabilidade ambiental é um ponto importante para identificar, mensurar e dimensionar os custos e gastos ambientais que a empresa possui, pois assim identifica os fatos que necessitam atenção a curto e longo prazo e prevê quais investimentos poderão ser efetuados (HENDGES, 2013).

Segundo Tinoco e Kraemer (2011, p. 155), os ativos ambientais são classificados de acordo com cada política organizacional, visto que,

os ativos ambientais são diferentes de uma organização para outra, pois a diferença entre os vários processos operacionais das distintas atividades econômicas deve compreender todos os bens utilizados no processo de proteção, controle, conservação e preservação do meio ambiente (TINOCO, KRAEMER, 2011, p. 155).

Portanto, todos os bens que a empresa adquirir com o intuito de gerar benefícios econômicos e ambientais no futuro são classificados como ativo ambiental, toda empresa deve ter um controle efetivo de seus ativos para que assim consiga ver quanto a empresa está se desenvolvendo.

2.1.2.2 Passivo Ambiental

Um passivo ambiental é decorrente de operações das entidades, a qual fica sujeita a encargos legais ou reparações, devido ao uso do meio ambiente e seus elementos (solo, água, vegetações) ou da geração de resíduos tóxicos que agredem o ecossistema. O passivo ambiental é toda e qualquer obrigação contraída e destinada a aplicação em atividades de controle e preservação do meio ambiente (SANTOS; SOUZA, 2019).

Em consonância com Ribeiro e Lisboa (2000, apud Tinoco e Kraemer, 2011, p. 157), os passivos ambientais podem originar se de qualquer evento que a empresa possua interação com o meio ambiente, tais obrigações podem se dar no futuro, como:

- Aquisição de ativos para a contenção de impactos ambientais (chaminés, depuradores de água química, etc).
- Aquisição de insumos que serão inseridos no processo operacional para que este não produza resíduos tóxicos;
- Despesas de manutenção e operação de “departamento” de gerenciamento ambiental, inclusive mão de obra;
- Gastos para recuperação e tratamento de áreas contaminadas (máquinas, equipamentos, mão de obra, insumos em geral, etc).
- Pagamentos de multas por infrações ambientais;
- Gastos para compensar danos irreversíveis, inclusive os relacionados à tentativa de reduzir o desgaste da imagem da empresa perante a opinião pública (RIBEIRO E LISBOA, 2000, apud TINOCO E KRAEMER, 2011, p. 157).

Segundo Tinoco e Kraemer (2011, p. 158), o reconhecimento do passivo se dá, “quando existe uma obrigação por parte da empresa que incorreu em um custo ambiental ainda não desembolsado, desde que atenda ao critério de reconhecimento como uma obrigação”.

O Ibracon, de acordo com a Norma e procedimento de auditoria NPA 11 – Balanço e Ecologia, define o passivo ambiental como toda obrigação que a entidade tem de reparar os danos, agressões ou modificações que causou no

meio ambiente, sendo encarregada de recuperá-lo realizando ações e investimentos, e se for preciso, arcando com multas e indenizações (TINOCO E KRAEMER, 2011).

Para Ribeiro e Lisboa (2000, p.6):

O reconhecimento de um passivo exige a identificação do montante do sacrifício de recursos que será realizado. Muitas vezes a identificação desse valor extrapola o recebimento de um comunicado externo de cobrança. Algumas vezes, a exigibilidade existe e a empresa possui parâmetros para determinar ou estimar razoavelmente o valor a ser desembolsado, classificando-o dentro do devido regime de competência. Em outros casos, a empresa precisa utilizar cálculos estimativos para fazer o reconhecimento do passivo.(RIBEIRO; LISBOA, 2000,p.6).

De acordo com Hendges (2013), a verificação correta dos passivos ambientais pode ser utilizada em negociações, análises, fusões e outras transações entre empresas, podendo demonstrar aos novos administradores as responsabilidades e encargos da recuperação do meio ambiente que estão sob função da empresa.

Em relação a demonstração dos passivos ambientais em relatórios, estes podem ser constituídos e relatados em relatórios complementares que estão ligados a atividades específicas as quais tais passivos foram investidos, como por exemplo em ações para combater e prevenir os danos ambientais, portanto, não necessitam estar diretamente vinculados à balanços patrimoniais, ou relatórios mais complexos (HENDGES, 2013).

Para Tinoco e Kraemer (2011, p. 156-157), existem três tipos de obrigações decorrentes do passivo ambiental,

Legais ou implícitas: quando a entidade tem uma obrigação presente legal como consequência de um evento passado, como o uso do meio ambiente (água, solo, ar, etc.) ou a geração de resíduos tóxicos. Essa obrigação legal surge de um contrato, legislação ou outro instrumento de lei.

Implícita: é a que surge quando uma entidade por meio de práticas do passado, políticas divulgadas ou declarações feitas, cria uma expectativa válida frente a terceiros, por conta disso, assumem um compromisso.

Construtivas: são aquelas que a empresa propõe-se a cumprir espontaneamente, excedendo as exigências legais. Ocorre quando a empresa esta preocupada com sua reputação na comunidade em geral,

ou quando esta consciente de sua responsabilidade social, e usa os meios para proporcionar o bem estar na comunidade.

Justas (*equitable*): refletem a consciência de responsabilidade social, ou seja, a empresa as cumpre em razão de fatos éticos e morais (TINOCO; KRAEMER, 2011, p. 156-157).

Todo passivo, assim como os ativos ambientais são importantes para que a empresa tenha em mãos o controle de todas entradas e saídas de recursos da entidade, todas suas aplicações, transações e demais atividades, pois, tendo em mãos o controle de seus bens, direitos e obrigações a empresa obtém uma visão ampla da saúde da empresa, podendo elaborar futuros investimentos e a viabilidade da empresa.

2.1.2.3 Custos e Despesas Ambientais

Os gastos e custos ambientais estão presentes em todos os aspectos organizacionais da empresa, ou seja, em muitas das ações da organização eles podem estar incorridos, porém, podem estar ocultos nas mais variadas etapas do processo de produção da empresa e muitas das vezes há uma certa dificuldade em identificá-los (TINOCO; KRAEMER, 2011,p. 146).

Os custos ambientais se classificam em internos e externos, os quais possuem em sua definição para Tinoco e Kraemer (2011, p.146),

Custos externos: são os custos que podem incorrer como resultado da própria produção ou existência da empresa. São difíceis de medir em termos monetários e geralmente estão fora dos limites da empresa. Motivar a empresa a internalizar essas externalidades é uma necessidade de que se impõe. Incluem danos que são pagos a outros, como consequência de eventos ambientais, por exemplo: danos na propriedade de outros, danos econômicos e danos aos recursos ambientais.

Custos internos: são os custos que estão relacionados diretamente com a linha de frente da empresa, e incluem os custos de prevenção ou manutenção e são mais fáceis de serem identificados. Considerando que as externalidades ambientais podem potencialmente ser maiores que os componentes do custo, os custos internos da administração ambiental podem ser extensivos, não ser sempre definidos claramente e tendem a gerar consideráveis problemas de destinação (TINOCO;KRAEMER, 2011, p. 146).

Os custos ambientais podem ser classificados também em diretos, indiretos ou contingentes/intangíveis. Onde os custos diretos são os que são apropriados a

um produto, tipo de contaminação ou programa de prevenção de contaminação particular; os custos indiretos são aqueles que não possuem vínculo com o processo e a gestão ambiental; e os contingentes ou intangíveis, que são de modo geral os custos futuros que podem afetar de alguma maneira a empresa (TINOCO E KRAEMER, 2011, p. 146).

Despesas são gastos que podem ser analisadas antecipadamente, em sentido restrito, é tudo aquilo que se utiliza e se consome para produzir e gerar receita.

Ribeiro (2006, p.50) aborda que as despesas podem estar relacionada as horas trabalhadas dos colaboradores da empresa (e seus respectivos encargos sociais) e insumos utilizados nos processos de:

- Definição e manutenção de programas políticos ambientais;
- Seleção e recrutamento de pessoal para o gerenciamento e operação do controle ambiental;
- Compra de insumos e equipamentos antipoluentes;
- Pagamentos das compras realizadas para essa área;
- Recepção dos itens ambientais adquiridos;
- Estocagem dos insumos utilizados no controle do meio ambiente;
- Treinamentos específicos para sua proteção;
- Auditoria ambiental (RIBEIRO, 2006, p.50).

Portanto, vale ressaltar que os custos ambientais podem produzir efeitos no resultado e posição patrimonial das empresas, por isso é necessário a evidenciação de tais elementos. Desta maneira, todas as despesas provisionadas que estejam ligadas ao meio ambiente devem ser destacadas e demonstradas, assim a apuração se realizará quando os principais bens e serviços que geram receita para a entidade forem utilizados (MELO, OLIVEIRA, 2014, p. 5).

2.1.2.4 Receita Ambiental

Receita é tudo aquilo que resulta das atividades operacionais ou não operacionais da empresa, como exemplo, venda de mercadorias, uma recuperação de investimentos, ou até mesmo a renda originada por um bem patrimonial, gerando saldo positivo nos demonstrativos (SANTOS, SOUZA, 2019).

De acordo com o Código de Pronunciamentos contábeis nº 30, o conceito de receita se dá como,

o ingresso bruto de benefícios econômicos durante o período observado no curso das atividades ordinárias da entidade que resultam no aumento do seu patrimônio líquido, exceto os aumentos de patrimônio líquido relacionados às contribuições dos proprietários (CPC 30).

As receitas ambientais, podem advir das mais variadas atividades da empresa, tendo esta um compromisso com o meio ambiente, podendo elaborar projetos, ações e investimentos que amparem o meio ambiente e a comunidade.

Para demonstrar o desempenho financeiro da empresas, são utilizados, por exemplo, o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, entre outros. Para demonstrar o aspecto social, econômico e ambiental da empresa, surge o Balanço Social, que é utilizado por diversas empresas que possuem o intuito de informar aos usuários, sua conscientização para com o meio ambiente e a sociedade.

2.2 BALANÇO SOCIAL

A empresa que possui e adota uma consciência socialmente responsável, podem emitir aos seus usuários quais são suas ações, seus planos, e perspectivas, para oferecer benefícios sociedade e para divulgar tal ações, um dos instrumentos importantíssimos para tal função é o Balanço Social (TREVISAN, 2002).

Para Tinoco e Kraemer (2011, p.62), o balanço social tem em sua definição “um instrumento de gestão e informação que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários”.

O Balanço Social pode ser definido como uma demonstração que tem por objetivo exercer práticas de responsabilidade social, ou seja, através desse demonstrativo, a empresa divulga todos seus projetos e ações sociais com os

seus demais envolvidos, que podem ser os sócios, os colaboradores, a comunidade, e até propriamente o meio ambiente (PONCHIROLLI,2009).

O balanço social tem em sua essência informações que são de disposições e aspectos qualitativos, como por exemplo, consciência sobre a ecologia, assunto que refere como as empresas estão se posicionando ao tratar se do cuidado da fauna, flora, a ligação e conexão da entidade com o meio ambiente; aos treinamentos e posicionamentos dos colaboradores da empresa, como também as condições de higiene e limpeza do ambiente de trabalho (TINOCO E KRAEMER, 2011).

Batista (2000, apud Trevisan, 2002), conceituam o balanço social,

como estratégia de mudança, de impacto eminentemente social e cultural, tem por objeto demonstrar ao universo de usuários, de forma confiável, uma prestação de contas, para que possam conhecer e avaliar a qualidade dos investimentos, aplicação de recursos e o cumprimento das destinações orçamentárias (BATISTA, 2000, apud TREVISAN, 2002).

O conceito de balanço social pode ser interpretado de diversos ângulos, Cavalcanti, Ashley e Giantini (2008, p. 16) o definem como “um instrumento de gestão e de informação que visa reportar informações de cunho econômico e social, do que aconteceu e do que acontece numa entidade, aos mais diferenciados usuários, dentre esses salarizados”.

O balanço social objetiva demonstrar o estágio de responsabilidade social que a empresa adota e presta contas a sociedade, pois é feito de maneira direta e indireta, o uso do patrimônio público, como os bens que são provindos de recursos naturais, humanos e os benefícios que provem da sociedade em que a empresa atua (PINTO, RIBEIRO, 2004).

Conforme Gonçalves (1980, apud Ponchirolli 2009, p.81), o balanço social serve como uma ferramenta gerencial, que necessita de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação dos projetos sociais que as empresa almejam desenvolver, assim a entidade obtém uma visão mais ampla de seu verdadeiro papel, passando observar seu desenvolvimento e colaboração para com a sociedade.

Apesar de ser ainda utilizado por poucas empresas, o balanço social vem ganhando espaço no mundo globalizado, onde consumidores passam a se conscientizar sobre o que estão adquirindo e qual a contribuição tal empresa oferece a sociedade (PEROTTONI, 2011).

O balanço social é uma ferramenta versátil e de múltiplo uso, para seus usuários tal demonstração fornece ricas informações, pois,

No balanço social, a empresa mostra o que faz por seus profissionais, dependentes, colaboradores e a comunidade, dando transparência às atividades que buscam melhorar a qualidade de vida para todos. Ou seja: sua função principal é tornar pública a responsabilidade empresarial, construindo vínculos com a empresa, a sociedade e o meio ambiente (PONCHIROLLI, 2009).

Os dirigentes da empresa que utilizam o balanço social passam a ter informações que auxiliam na tomada de decisão quando se trata de ações e programas sociais, e também os colaboradores da empresa passam a ter responsabilidade e conscientização sobre ser trabalho dentro da empresa, gerando assim uma maior interação e comunicação dentro da empresa, onde essa se torna ativa (PONCHIROLLI, 2009).

2.2.1 Evolução do Balanço Social

Desde o início do século XX, já haviam rumores e manifestações a favor de questões sociais por responsabilidade de empresas (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas).

O balanço social teve seus primeiros vestígios em algumas décadas nos Estados Unidos, logo após se espalhou aos demais territórios, sendo pioneiramente acolhido pela França em 1977 através de amparos legais (PONCHIROLLI, 2009).

Segundo o portal Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE),

Na década de 1980, a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (Fides) chegou a elaborar um modelo. Porém, só a partir do início da década de 1990 algumas poucas empresas passaram a levar a sério esta questão e divulgar, sistematicamente, em balanços e

relatórios sociais, as ações realizadas em relação à comunidade, ao meio ambiente e ao seu próprio corpo de funcionários(as) (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas).

De acordo com Martins, Bernardo e Madeira (2003, p. 3), houve no Brasil alguns projetos leis e amparos legais que tinham a finalidade houvesse obrigatoriedade elaboração do balanço social e sua divulgação pelas empresas que se encaixassem em alguns requisitos previstos, dentre tais projetos estão a lei nº 3116/97 e lei nº 11.440/00.

Atualmente o Balanço Social, é um assunto bastante propagado e desenvolvido no mundo, ao se comparar com as décadas de 1960 e 1970, pois ao decorrer do tempo, tal demonstração ganhou força por não só se limitar a dar informações da entidade somente aos colaboradores da empresa, como também ganhou a atenção de investidores, sócios, e consumidores (CAVALCANTI; ASHLEY; GIANANTI, 2009, p. 15).

2.2.2 GRI (Global Reporter Initiative) e Indicadores

A global reporting initiative (GRI), trata se de uma organização que foi criada com o intuito de auxiliar as empresas, governos e demais organizações a compreender, elaborar e demonstrar os impactos que mantêm relação com a sustentabilidade e meio ambiente. A GRI, tem o objetivo de incentivar as empresas a elevarem suas praticas, emitindo e demonstrando relatórios efetivos e de qualidade relacionados a sustentabilidade, assim como seus relatórios financeiros.

A Global Reporter Initiative (GRI), de acordo com Tinoco e Kraemer (2011, p. 259),

trata se de uma iniciativa global para apresentação de relatórios de um acordo internacional, criado com uma visão de longo prazo, multistakeholder, cuja missão é elaborar e difundir as diretrizes para a organização de relatórios de sustentabilidade aplicáveis global e voluntariamente pelas organizações (TINOCO E KRAEMER, 2011,p. 259).

O documento emitido pelo GRI, chamado “Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade”, é um guia que possui as técnicas de elaboração dos relatórios sociais, que possuem reconhecimento mundial, tendo como principais metas, fornecer aos usuários das demonstrações informações completas, padronizadas e verídicas (GUEDES, SILVA E GUERRA, 2011).

A GRI tem enfoque nos indicadores, os quais podem trazer a dimensão econômica de sustentabilidade para seus usuários e o impacto das organizações sobre as condições econômicas. O indicador proporciona transparência aos dados, trazendo informações bem detalhadas, e com veracidade. Ao se construir um índice, ganha-se clareza e operacionalidade aos dados, melhorando assim a informação e o conhecimento.

Segundo Tinoco e Kraemer, (2009, p.250), o conceito de indicador se dá como,

Os cálculos específicos de um aspecto concreto que possam ser utilizados para acompanhar ou demonstrar o desempenho são usualmente quantitativos, embora nem sempre. Dado o aspecto podem ter vários indicadores (por exemplo, toneladas de emissão, consumo de água por unidade de produto, adesão e normas internacionais específicas sobre o trabalho infantil, energia líquida em joules utilizadas durante o ciclo de vida de um produto) (TINOCO; KRAEMER, 2009, p. 250).

Há vários tipos de indicadores, são criados de acordo com a necessidade da empresa, os indicadores possuem diversas funções para seus usuários, podem identificar os erros presentes em uma falha de cálculo, como também podem encontrar soluções para o problema, através da análise correta dos índices. Entre os mais variados tipos de indicadores, há três áreas que contemplam os indicadores, as quais são econômica, social e ambiental.

Quadro 1 – Tipos de Indicadores

Econômico	Inclui os gastos e benefícios, produtividade no trabalho, criação de emprego, despesas em serviços externos, despesas em investigação e desenvolvimento, investimentos em educação e outras formas de capital humano. O aspecto econômico inclui, embora, não se limite so a ela, a informação financeira e respectivas declarações.
Ambiental	Inclui, por exemplo, impacto dos processos, produtos, serviços no ar, água, solo, biodiversidade e saúde humana.
Social	Inclui, por exemplo, o tratamento que se da aos grupos minoritários, e as mulheres, o trabalho feito em favor dos menores, a saúde e segurança ocupacionais, estabilidade do empregado, direitos laborais, direitos humanos, salários e condições de trabalhos nas relações externas.

Fonte: TINOCO; KRAEMER, 2011, p.260.

Os indicadores sociais, tratam se de dados estatísticos que abordam sobre os vários aspectos que envolvem em conjunto a sociedade, podendo retratar o estado social da nação e permitindo conhecer o seu nível de desenvolvimento social.

De acordo com Tinoko e Kraemer (2011, p. 260), os elementos que se encaixam no grupo de indicadores sociais tem como exemplo,

o tratamento que se dá aos grupos minoritários e às mulheres, o trabalho feito em favor dos menores, a saúde e segurança ocupacionais, estabilidade do empregado, direitos laborais, direitos humanos, salários e condições de trabalho nas relações externas (TINOKO;KRAEMER,2011,p.260).

Os indicadores econômicos são índices que buscam representar a realidade econômica da entidade de maneira quantitativa e direta. São fundamentais para uma boa gestão empresarial, e é uma ferramenta eficaz que permitem a análise do desempenho econômico a se a empresa terá bons retornos futuros.

De acordo com o conceito de indicador econômico, Tinoco e Kraemer (2011, p. 260), incluem ao grupo de indicadores econômicos “os gastos e benefícios, produtividade no trabalho, criação de emprego, despesas em serviços externos, despesas em investigação e desenvolvimento, investimentos em educação e outras formas de capital humano”.

Os indicadores ambientais, são estatísticas que representam alguns aspectos do estado do meio ambiente, dos recursos naturais e das atividades humanas que possuem relação com o ecossistema, Tinoco e Kraemer (2011, p. 260), exemplificam os indicadores ambientais em “impacto dos processos, produtos, serviços no ar, água, solo, biodiversidade e saúde humana”.

Os indicadores portanto, são formas de parametrização para medir elementos ou características, como a eficiência por exemplo. Os indicadores podem ser criados, e serem ótimas ferramentas, servindo como um instrumento para estabelecer metas, entre outras práticas.

2.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL

No atual mundo globalizado ao qual nos encontramos, é necessário que as empresas possuam cada vez mais consciência e responsabilidade em suas ações e operações, obtendo sempre integridade e transparência em suas tomadas de decisões (LACERDA, 2016).

A responsabilidade social pode ser entendida como, um movimento que surgiu na década de 60, do século anterior. Teve presença nos EUA, onde buscou despertar maior consciência a sociedade e empresas na preservação do meio ambiente, como também no direito dos consumidores (SIQUEIRA, 2014),

A responsabilidade social dá valor à empresa, dando credibilidade à conduta dos empresários e de todos os seus funcionários, de acordo com Morimoto, *et al.* (2014, p.64),

A adoção da responsabilidade social nas organizações é a utilização de estratégias e processos que traduzam a sensibilidade e sintonia das empresas para com seus clientes internos e externos, suas necessidades, a qualidade dos produtos e serviços oferecidos, a

proteção e uso adequado dos recursos naturais, as relações éticas e justas com trabalhadores, fornecedores e governos, assumindo compromisso com a comunidade da qual sofre e exerce influências. (MORIMOTO, et al., 2014, p.64).

Lourenço (2018, p.1), quando se trata de conscientização social tem em seu entendimento que tal movimento deve envolver toda a comunidade, pois, todos funcionam como agentes que agregam valor às práticas da empresa, formando um elo participativo entre funcionários, familiares e sociedade.

Responsabilidade social, para Ponchirolli (2009, p. 53),

é o objetivo social da empresa somado a sua situação econômica. É a inserção da organização na sociedade como agente social e não somente econômico. É ser uma empresa cidadã que se preocupa com a qualidade de vida do homem na sua totalidade (PONCHIROLLI, 2009, p. 53).

Uma empresa que possui uma ética íntegra dentro da organização está completamente ligada a postura de responsabilidade ambiental, tanto quando se analisa em aspectos morais, quanto competitivos (PONCHIROLLI, 2009).

A tendência das empresas adotarem a responsabilidade social é cada vez maior, ao decorrer dos anos as organizações focaram em novas práticas conscientes e sustentáveis, voltando sua visão não só para questões meramente econômicas, como também surgiu a preocupação com a qualidade de produtos para o consumidor, o controle de poluição, segurança e saúde para seus colaboradores, atenção aos grupos minoritários, etc. (DONAIRE, 1999).

Para Lacerda (2016), a empresa que mantém sua boa conduta, adquire uma série de benefícios, que podem definir seu futuro, pois

Adotando a responsabilidade socioambiental, a empresa ganha de diversas formas: ganha com o aumento da produtividade, uma vez que seus colaboradores estarão motivados e jubilosos por fazer parte de uma empresa que se preocupa com todas as partes envolvidas; conquista satisfação e apoio da comunidade existente em seu entorno; obtém isenção de impostos, confiança dos fornecedores e especialmente satisfação dos clientes que valorizarão a marca por sua conduta ética e transparente (LACERDA, 2016, p.3).

Toda empresa que adotar um compromisso social, precisa estar ciente que deve se basear em princípios morais, sempre conduzindo seu negócio de maneira ética e cautelosa, pois é necessária que esta respeite os valores humanos e seus direitos, assim toda a organização passa a ser colaboradora do desenvolvimento de uma sociedade justa e sem desigualdade. (REIS; MEDEIROS, 2007, apud MORIMOTO, 2014, p.65)

De acordo com Rico (2004), a ética e a transparência são dois fatores ligados à responsabilidade social, tais fatores se concretizam no dia a dia das organizações privadas,

Há empresas que ofertam produtos e serviços de reconhecida qualidade para seus consumidores. Todavia, se no desenvolvimento de suas atividades utilizam a prática de jogar dejetos nos rios, não estarão sendo éticas nas suas relações com a sociedade, revelando uma atividade negligente em relação ao meio ambiente (RICO, 2004, p. 75).

As organizações socialmente responsáveis são aquelas compromissadas com projetos e ações contribuindo com a qualidade de vida da sociedade a qual a empresa se encontra, sempre mantendo um bom planejamento, criando medidas e mudanças para o desenvolvimento de ambas as partes (MORIMOTO, 2014).

Segundo Melo Neto e Brennand (2004), obtendo o conhecimento da responsabilidade social, a empresa passa a colaborar com um melhor desenvolvimento sustentável, gerando qualidade de vida no trabalho, e para a população, ou seja, com a responsabilidade social, as organizações assumem um comportamento ético, contribuindo não só para o desenvolvimento da empresa, como também da comunidade, servindo de inspiração para outras empresas, e para a sociedade, criando um modelo de gestão diferenciado e inovador (MELO NETO, BRENNAND, 2004).

Além de ser um agente econômico que produz bens, serviços e que visa o lucro, a entidade necessita ser um agente social, a qual gera bem estar, e presta informações aos seus demais componentes (PINTO; RIBEIRO, 2004, p. 24).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ao se tratar dos procedimentos metodológicos, deve levar-se em consideração, a ligação entre a problemática proposta e cada categoria de pesquisa que esta se encaixa, ou seja, deve-se analisar os objetivos, os procedimentos a serem realizados e o tratamento do problema em estudo. Além de analisar tais quesitos, é necessário constatar quais foram os instrumentos utilizados para a coleta de informações, quais meios foram utilizados para se chegar aos objetivos e qual sua natureza, identificando assim, o plano a ser utilizado na pesquisa (BEUREN, 2008).

3.1 Caracterização dos Objetivos da Pesquisa

A caracterização dos objetivos do presente estudo trata-se de uma pesquisa descritiva. Andrade (2002, apud, Beuren, 2008, p. 81) abordam que a pesquisa descritiva é aquela que o indivíduo que está realizando a pesquisa se preocupa em relatar os fatos, e não modificá-los, ou seja, parte da ação de observar, registrar, analisar, interpretar tais casos, sem interferências.

Segundo Gil (1999, apud, Oliveira, 2011), a pesquisa descritiva,

têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas aparece na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (GIL, 1999, apud, OLIVEIRA, 2011).

De acordo com Beuren (2008, p. 83), “vários estudos utilizam da pesquisa descritiva para análise e descrição de problemas de pesquisa na área contábil”.

Portanto, o presente assunto a ser tratado ao decorrer do trabalho, será de característica descritiva, pois, descreverá o objeto, o qual será o Balanço Social, seus indicadores e demais componentes, dentro da empresa Natura, que trata-se de uma das maiores empresas brasileiras produtora de cosméticos, que a cada ano adota medidas e responsabilidades sociais.

3.2 Desenvolvimento da Pesquisa

Ao se tratar do desenvolvimento da pesquisa no trabalho temos uma pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica possui e disponibiliza diversas informações sobre livros, artigos e outros trabalhos que existem sobre específicos assuntos, dentro de uma determinada área do saber. Propicia ao estudante importantes informações sobre seus estudos (SEVERINO, 2007, p.70).

Ao se tratar da pesquisa bibliográfica, Lakatos e Marconi (2001, p. 183) alegam que,

[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...].

De acordo com Severino (2007), “a documentação bibliográfica, deve ser realizada paulatinamente, à medida que o estudante toma contato com os livros ou com os informes sobre os mesmos”.

Cervo e Bervian (1983, apud, Beuren, 2008), tem em sua concepção que a pesquisa bibliográfica,

Explica um problema a partir de referências teóricas publicados em documentos. Pode ser realizada independente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

Para a realização do trabalho será feita a pesquisa bibliográfica, onde esta disponibilizará diversos documentos, artigos e assuntos cruciais para que se tenha uma resposta à problemática do trabalho.

3.3 Abordagem do Problema

A abordagem do problema nesta pesquisa é relativo ao método qualitativo e quantitativo.

A pesquisa qualitativa segundo Oliveira (2007), “supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada via de regra, por meio do trabalho intensivo de campo”.

Richardson (1999 *apud* BEUREN, 2012, p. 92) definem o método quantitativo como,

o emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc.

A pesquisa qualitativa se preocupa com a obtenção de dados descritivos, onde tais dados são alcançados com o contato direto do investigador com o estudo, ou seja, a ênfase é dada no objeto de estudo, e a preocupação está em retratar a visão dos envolvidos (OLIVEIRA, 2007).

Em consonância com Richardson (1999, *apud* Oliveira, 2007), a pesquisa quantitativa tem como característica a aplicabilidade da quantificação, ou seja, é utilizada na parte de coleta de dados e informações, e a partir destas se utiliza de métodos estatísticos.

O problema do trabalho que aborda sobre o balanço social como indicador de benefícios para a sociedade, analisando as demonstrações contábeis da empresa Natura, se encaixa dentro da pesquisa qualitativa e quantitativa, pois, além de se apurar os dados das demonstrações financeiras da empresa, será feita a comparação do desempenho da entidade nos anos de 2017 e 2018 , com a elaboração de gráficos e relatórios.

3.4 Instrumento de Coleta de Dados

Os instrumentos de coleta de dados segundo Severino (2007, p. 121), “devem ser coletados e registrados com o necessário rigor e seguindo todos os procedimentos da pesquisa de campo. Devem ser trabalhados, mediante análise rigorosa, e apresentados em relatórios qualificados”

Será feita uma coleta de dados com análise das demonstrações contábeis da empresa Natura, nos anos de 2016 e 2017, utilizando os indicadores sociais, ambientais e econômicos, que compõem o balanço social da empresa para assim realizar um relatório de análise com o desempenho da empresa, juntamente com a elaboração de gráficos e quadros comparativos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com a intuito de analisar os dados , realizar os objetivos responder à questão problema a que se trata o presente trabalho foram analisadas os relatórios financeiros da empresa Natura, que se trata da maior multinacional brasileira de cosméticos, que a cada ano aprimora seus programas e ações, sempre adotando medidas sustentáveis em seus projetos e firmando responsabilidades com o meio ambiente e com a sociedade.

4.1 Indicador Social

Os indicadores sociais, tratam se de dados estatísticos que abordam sobre os vários aspectos que envolvem em conjunto a sociedade, podendo retratar o estado social da nação e permitindo conhecer o seu nível de desenvolvimento social.

De acordo com Tinoko e Kraemer (2011, p. 260), os elementos que se encaixam no grupo de indicadores sociais tem como exemplo,

o tratamento que se dá aos grupos minoritários e às mulheres, o trabalho feito em favor dos menores, a saúde e segurança ocupacionais, estabilidade do empregado, direitos laborais, direitos humanos, salários e condições de trabalho nas relações externas (TINOKO;KRAEMER,2011,p.260).

Para uma melhor compreensão do objetivo proposto, foi elaborado um quadro apresentando índices com dois indicadores sociais presentes nos relatórios financeiros publicado de acordo com os parâmetros indicados pela GRI 201-2 (o qual aborda sobre valor econômico direto gerado e distribuído), no ano de 2018 pertencentes à empresa Natura com o Programa Crer para Ver, que trata se de um projeto onde toda a arrecadação com as vendas de produtos dessa ação são destinadas e investidas em projetos educacionais, beneficiando escolas e comunidades.

Quadro 2 – Índices Sociais

INDICADORES SOCIAIS	2017	2018
Arrecadação Crer para Ver (R\$ milhões)	35,7	44,2
Famílias beneficiadas nas comunidades fornecedoras na Pan-Amazônia.	4.294	4.636

Fonte: Relatório anual Natura 2018.

De acordo com os índices apresentados nos relatórios financeiros pela empresa Natura, foi elaborada uma análise comparativa ao decorrer dos anos de 2017 e 2018 analisando o desempenho que empresa teve em relação ao projeto social Crer para Ver.

Percebe-se que ao ano de 2017, a empresa havia arrecadado 35,7 milhões de reais com a ação, aumentando significativamente ao ano de 2018, um percentual de aprox. 23,8% chegando a arrecadar 44,2 milhões. Em relação as famílias pertencente a Pan Amazônia beneficiadas com o projeto, obteve um aumento de 7,96% aproximadamente, passando de 4.294 em 2017, para 4.636 famílias beneficiadas ao ano de 2018.

Ao fazer a análise dos índices entende-se que, os resultados foram positivos em relação de um ano para outro, porém, o índice de aumento relacionados aos números de famílias beneficiadas não teve grande aumento se comparada ao valor arrecadado ao ano de 2018 e seu aumento em porcentagem.

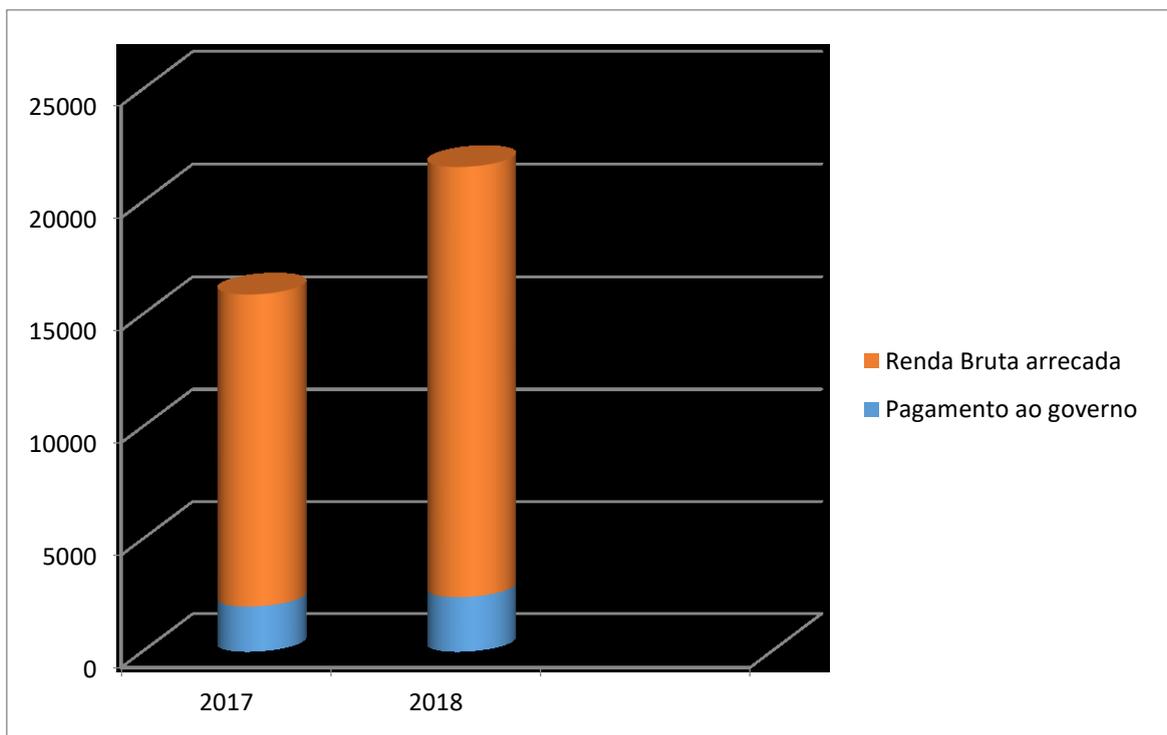
4.2 Indicador Econômico

Os indicadores econômicos são índices que buscam representar a realidade econômica da entidade de maneira quantitativa e direta. São fundamentais para uma boa gestão empresarial, e é uma ferramenta eficaz que permitem a análise do desempenho econômico a se a empresa terá bons retornos futuros.

De acordo com o conceito de indicador econômico, Tinoco e Kraemer (2011, p. 260), incluem ao grupo de indicadores econômicos “os gastos e benefícios, produtividade no trabalho, criação de emprego, despesas em serviços externos, despesas em investigação e desenvolvimento, investimentos em educação e outras formas de capital humano”.

Para evidenciar o indicador econômico que compõe parte do balanço social, foi feita uma busca no relatório anual publicado ao ano de 2018 pela empresa Natura de acordo com a GRI 201-2 (o qual aborda sobre valor econômico direto gerado e distribuído), onde foi selecionado o indicador econômico relacionado ao pagamento da empresa ao governo, aos anos de 2017 e 2018 e sua alteração, elaborando após a análise, um gráfico dos índices do pagamento ao governo e a rendas totais brutas arrecadas em seus respectivos anos.

Figura 1 - Pagamento ao governo comparado à renda bruta arrecada



Fonte: elaborado pelo autor de acordo com o relatório anual Natura (2019).

Ao ano de 2017 a empresa Natura havia feito o pagamento ao governo no valor de 1.994 milhões de reais, 14,42% do valor da renda bruta arrecada no ano, o qual foi 13.884 milhões.

Já ao ano de 2018, a empresa pagou o valor corresponde a 2.414 milhões de reais a União, correspondendo a 14,07% de 19.131 milhões de reais arrecadado no período de 2018.

Realizando a análise da evolução de índices de um ano para outro percebe-se que de 2017 para 2018, a empresa aumentou seu índice de pagamento ao governo de aprox. 21,06%, levando em consideração a renda bruta arrecadada na empresa, que obteve um aumento de aproximadamente 38,38% de um exercício para outro.

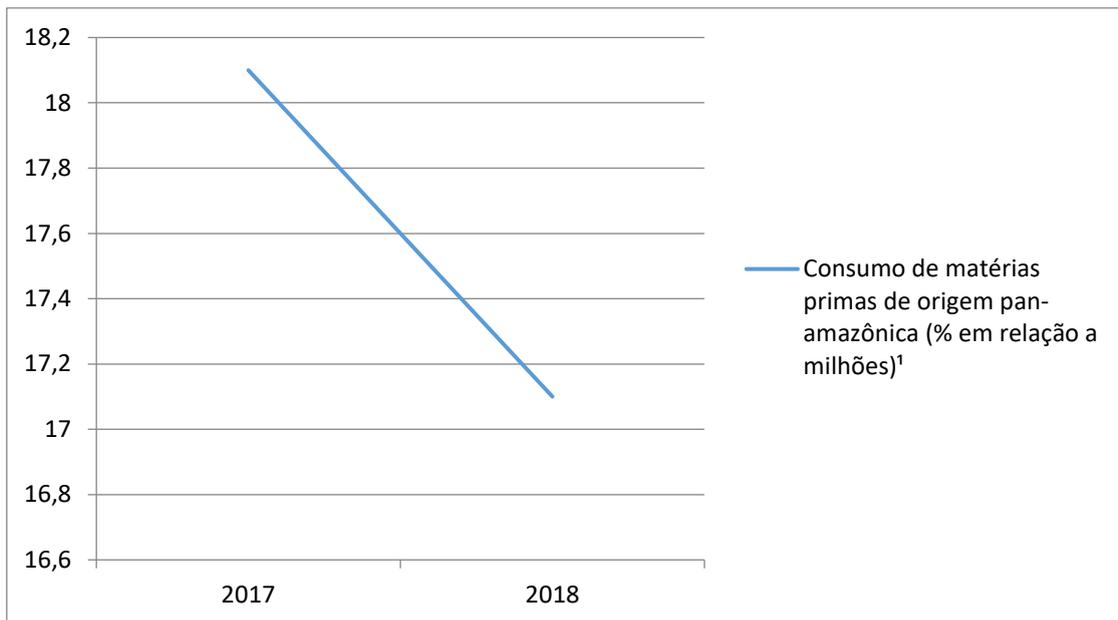
Em relação ao valor de pagamentos de impostos feito pela empresa ao governo aos anos de 2017 e 2018 retratam uma boa contribuição por parte da empresa para com a União, mantendo um índice significativo se comparada a renda bruta arrecadada no ano, mostrando que a empresa Natura mantém uma boa participação cumprindo sua obrigação perante à sociedade.

4.3 Indicador Ambiental

Os indicadores ambientais, são estatísticas que representam alguns aspectos do estado do meio ambiente, dos recursos naturais e das atividades humanas que possuem relação com o ecossistema, Tinoko e Kraemer (2011, p. 260), exemplificam os indicadores ambientais em “impacto dos processos, produtos, serviços no ar, água, solo, biodiversidade e saúde humana”.

Analisando o relatório anual de 2018 da empresa Natura de acordo com os parâmetros da GRI 201-1 (aspecto que trata sobre valor econômico direto gerado e distribuído), foi selecionado o indicador ambiental relacionado ao consumo de matérias primas de origem pan-amazônica, já que, a entidade possui um grande vínculo de atividades nessa determinada região.

Figura 2 - Consumo de matérias primas de origem pan-amazônica (% em relação a milhões)



Fonte: elaborado pelo autor de acordo com o relatório anual 2018 Natura (2019).

Ao ano de 2017 a empresa alcançou um índice de 18,1% de consumo, percentual relacionado aos milhões arrecadados. Ao ano de 2018, a empresa obteve um índice menor de 17,1% de consumo de matérias primas da região Pan-amazônica, obtendo uma redução de aproximadamente 5,84% de 2017 para 2018.

Percebe-se que independente da redução desse indicador ambiental, a empresa obteve aumento de resultados de outros indicadores relacionados a região, como os investimentos para com a sociedade e arrecadação com produtos do programa Crer para Ver, o qual também se destina à investimentos educacionais à região Pan-amazônica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O balanço social é uma forma de demonstrativo que as empresas utilizam para relatar sua interação com o meio ambiente e sociedade, através de ações, estratégias e medidas, as quais beneficiam não só o meio ambiente e a população, como também fazem com que as empresas desenvolvam e aperfeiçoem sua imagem e produtividade. A empresa que adota a responsabilidade social, acaba criando um vínculo com a sociedade, mostrando que se preocupa não só com seus fins lucrativos, como também é participativa e consciente com suas atividades, protegendo o meio ambiente, recursos naturais e presta auxílio à população, oferecendo oportunidades de emprego a diversas famílias, áreas de lazer, tornando se participativa e comunicativa.

A empresas possuem diversas regras para serem seguidas, desde o momento de escriturar seus dados até o momento de divulga-los, pois, há o desafio de identificação dos ativos e passivos ambientais, e também as receitas e as despesas ambientais, que fazem parte desta área, as empresas seguem os métodos estruturados e ordenados para a contabilidade de recursos naturais, estabelecidos pelo SCEA.

Dentre os diversos meios de apoio e incentivo para que a empresa mantenha a sociedade informada, a GRI, trata se de uma organização que possui intuito de auxiliar as empresas, governos e demais organizações a compreender, elaborar e demonstrar os impactos que mantém relação com a sustentabilidade e meio ambiente, mantendo o objetivo de incentivar as empresas a elevarem suas praticas, emitindo e demonstrando relatórios efetivos e de qualidade relacionados a sustentabilidade, assim como seus relatórios financeiros. Dentro da GRI, há também outras ferramentas importantíssimas, como os indicadores, que servem como um instrumento para estabelecer metas, entre outras práticas.

A empresa Natura ,manteve se em uma postura participativa com resultados positivos excelentes, pois com a análise do indicador econômico, sua participação em pagamentos ao governo possuiu um aumento de pagamento ao governo de aprox. 21,06%, levando em consideração a renda bruta arrecadada na

empresa, que obteve um aumento de aproximadamente 38,38% de um exercício para outro, mantendo se assim, ativa com a União.

Ao se tratar do indicador social, a empresa com o Programa Crer Para Ver, onde toda arrecadação com as vendas de produtos dessa ação são destinadas e investidas em projetos educacionais, beneficiando escolas e comunidades, a empresa aumentou um percentual de aprox. 23,8. Em relação as famílias pertencente a Pan Amazônia beneficiadas com o projeto, obteve um aumento de 7,96% aproximadamente ao ano de 2018. Os resultados foram positivos em relação de um ano para outro, porém, o índice de aumento relacionados aos números de famílias beneficiadas não teve grande aumento se comparada ao valor arrecadado ao ano de 2018 e seu aumento em porcentagem.

De acordo com o indicador ambiental, levantando-se os índices da empresa em relação ao consumo de matérias primas da região Pan-Amazônia, foi possível analisar que a empresa, independente da redução do percentual de um ano para outro, a empresa obteve aumento de resultados de outros indicadores relacionados a região, como os investimentos para com a sociedade e arrecadação com produtos do programa Crer para Ver, o qual também se destina à investimentos educacionais à região Pan-amazônica.

Com o programa Crer para Ver, percebe-se que tal ação abrange não só aspectos sociais, como também proporciona a geração de empregos na região para as comunidades ribeirinhas que dependem da mata amazônica para sobreviverem, e também impulsiona o cuidado com o meio ambiente, ou seja, envolve aspectos econômicos, ambientais e sociais, em uma só causa.

Portanto a empresa Natura, mantem sua postura como uma empresa que adota medidas conscientes, beneficiando a população e auxiliando na preservação do meio ambiente, mostrando se com resultados excelentes, para investidores e consumidores.

REFERÊNCIAS

- ALIGLERI, Lilian; ALIGLERI, Luiz Antonio; KRUGLIANSKAS, Isak. **Gestão ambiental**. 1º ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3ª edição 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.
- CAVALCANTI, Marly; ASHLEY, Patricia Almeida; GIANCANTI, Roberto. **Responsabilidade social e meio ambiente**. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CHAVES, Carlos Jaelso Albanese, et al. . **Responsabilidade e gestão social: compromisso com ações sociais**. 1ª edição. Maringá: Massoni editora, 2014.
- DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 1999.
- FERREIRA, Araceli Cristina de Souza. **Contabilidade Ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atlas, 2006.
- GELBCKE, Ernesto Rubens. *et al.* **Manual De Contabilidade Societária**. 3º ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.
- GUEDES, Maria Dulce Silva; SILVA, Roseane Patrícia Araújo; GUERRA, Francisco de Assis. **Análise do relatório de sustentabilidade GRI e sua relação com o desempenho corporativo: um estudo de caso do Grupo Carrefour.2011**. Disponível em:
<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/viewFile/521/521>. Acesso em: nov/2019.
- HENDGES, Antonio Silvio. **O que é passivo ambiental**. 2013. Disponível em:
<https://www.ecodebate.com.br/2013/09/23/o-que-e-passivo-ambiental-artigo-de-antonio-silvio-hendges/>. Acesso em: nov/2019
- HENDGES, Antonio Silvio. **O que é ativo ambiental?**. 2013. Disponível em:
<https://www.ecodebate.com.br/2013/09/16/o-que-e-ativo-ambiental-artigo-de-antonio-silvio-hendges/>. Acesso em: nov/2019.
- IBASE. Disponível em : <https://ibase.br/pt/>. Acesso em: setembro/2019.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, et all. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. São Paulo: Atlas ,5° ed. 2000.

LACERDA, Adriana dos Santos; MOURA, Denise de. **A responsabilidade socioambiental como estratégia de competitividade para as organizações da contemporaneidade**. 2016. Disponível em:
http://www.inovarse.org/sites/default/files/T16_M_08.pdf. Acesso em 09 de maio de 2019.

LOURENÇO, Luana. **A importância da responsabilidade social nas empresas**. Migalhas. 2018. Disponível em:
<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI288883,81042A+importancia+da+responsabilidade+social+nas+empresas>. Acesso em: 09 de maio de 2019.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. V.. **Metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial : instrumentos de análise, gerência e decisão** / José Carlos Marion ; atualizador Ricardo Pereira Rios. – 18. ed. – São Paulo : Atlas, 2018.

MARTINS, Mirian Fontes; BERNANDO, Denise Carneiro dos Reis; MADEIRA, Jeová José. **Origem e evolução do balanço social no brasil**. 2003. Disponível em:
<http://revista.crcmg.org.br/index.php?journal=rmc&page=article&op=view&path%5B%5D=501&path%5B%5D=302>. Acesso em: 09 de maio de 2019.

MELO NETO F. P; BRENNAND, J.M. **Empresas Socialmente Sustentáveis: O Novo Desafio da Gestão Moderna**. Rio de Janeiro: Qualitymark 2004.

MELO, Janaina Ferreira Marques de; OLIVEIRA, Cristina Estrela. **Evidenciação de custos e despesas ambientais nas empresas do segmento de adubos e fertilizantes registradas na BM&F Bovespa e no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)**. 2014. Disponível em:
<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/viewfile/3830/3831>. ACESSO EM: NOV/2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Contabilidade ambiental**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/biodiversidade/economia-dos-ecossistemas-e-da-biodiversidade/contribui%C3%A7%C3%B5es-dos-ecossistemas-para-a-sociedade/contabilidade-ambiental.html>. Acesso em: outubro/2019.

n° 126, novembro/dezembro 2000.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração** / Maxwell Ferreira de Oliveira. -- Catalão: UFG, 2011. 72 p.: il.

PEROTTONI, Marco Antonio. Balanço Social: responsabilidade, padronização e obrigatoriedade. **REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE**. 2011. Disponível em: <http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/412>. Acesso em: 09 de maio 2019.

PINTO, Anacleto Laurino; RIBEIRO, Maisa de Souza. **BALANÇO SOCIAL: Avaliação De Informações Fornecidas Por Empresas Industriais Situadas No Estado De Santa Catarina**. Revista Contabilidade e Finanças, São Paulo, 2004.

PONCHIROLLI, Osmar. **Ética e responsabilidade social e empresarial**. 1ª edição. Curitiba: Juruá editora, 2009.

RELATÓRIO ANUAL NATURA 2018. Disponível em: <https://www.natura.com.br/relatorio-anual>. Acesso em: nov/2019.

RIBEIRO E LISBOA, maisa de souza; lázaro plácido. **Passivo ambiental**; revista brasileira de contabilidade: trabalhos técnicos premiados no xvi cbc, ano xxix n° 126, novembro/dezembro 2000.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. 2º ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica**. 3º ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SANTOS, Adalto de; SILVA, Fernando Benedito da; SOUZA, Synval de. **Contabilidade Ambiental: Um Estudo sobre sua Aplicabilidade em Empresas Brasileiras**. Revista Contabilidade & Finanças. São Paulo, v.16, 2001.

SANTOS, Luiz Paulo Roberto dos; SOUZA, Leonice Damando de. **Contabilidade Ambiental: Uma Contribuição Da Ciência Contábil À Sustentabilidade Da Gestão Ambiental**. Disponível em:

<http://www.aems.edu.br/conexao/edicaoanterior/Sumario/2014/downloads/2014/Contabilidade%20Ambiental%20Uma%20Contribui%C3%A7%C3%A3o%20Da%20Ci%C3%Aancia%20Cont%C3%A1bil%20%C3%80%20Sustentabilidade%20Da%20Gest%C3%A3o%20Ambiental.pdf>. Acesso em: nov/ 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª edição. São Paulo: Cortez, 2007.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TREVISAN, Augusto Fernando. **Balço social como instrumento de marketing**. RAE-eletrônica. São Paulo, v. I, 2002.

ANEXOS

Figura 3 - Consulta Relatório Anual Natura 2018

12 de 125 | Sumário

Ajustar à página | Exibição de página | Ler em voz alta | Adicionar anotações

APRESENTAÇÃO / NOSSA ESSÊNCIA / MEMBREMOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / MEMBREMOS DA PRESIDÊNCIA / A NATURA / **DETAΛHES DO NOSSO DESEMPENHO**

Principais indicadores

Valor econômico direto gerado (R\$ milhões) ¹ GRI 201-1				Indicadores ambientais			
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	
Valor econômico direto gerado (R\$ milhões) ²				Emissão relativa de gases GEE (kg CO ₂ e/kg produto fabricado) ³	3,17	3,20	3,14
Receitas totais brutas	Não disponível	13.824	18.131	Emissões GEE na cadeia de valor (CO ₂ e) ³	303.424	308.048	333.183
Valor econômico distribuído (R\$ milhões) ²				Consumo de água - Brasil (unidade produzida)	0,53	0,53	0,52
Custos operacionais	Não disponível	4.873	5.819	% material reciclado pós-consumo em embalagem de produto acabado - Brasil	4,3	4,8	5,4
Sálários e benefícios de colaboradores	Não disponível	1.838	2.813	% embalagens ecoeficientes - Brasil ⁴	20	21	22
Lucro distribuído ⁵	Não disponível	670	548	Índice de vegetação das fórmulas (% sobre total da massa)	83%	81%	81%
Pagamentos aos fornecedores	Não disponível	3.116	4.712	Matérias-primas de origem pan-amazônica (% em relação a R\$ milhões)	18,1%	18,1%	17,8%
Pagamentos ao governo	Não disponível	1.984	2.414				
Pagamentos a credores	Não disponível	1.040	2.693				
Investimentos na comunidade ⁶	Não disponível	295	330				
Total	Não disponível	13.824	18.131				
Valor econômico retido (R\$ milhões) ²							
*Valor econômico direto gerado ¹ menos	Não disponível	0	0				
*Valor econômico distribuído ¹							
Outros indicadores econômicos	2016	2017	2018				
Receita líquida consolidada	7.927	9.857,42	13.397,42				
EBITDA consolidado	1.256,5	1.786,74	1.848,19				
Lucro líquido consolidado	308	724,18	548,38				
Geração interna de caixa	470	617	486,24				
Volume médio diário negociado de ações ⁷	39	46	59				

Indicadores sociais			
	2016	2017	2018
Arrecadação Cnr Para Ver (R\$ milhões) ¹	38,2	35,7	44,2
Famílias beneficiadas nas comunidades fornecedoras na Pan-Amazônia	2.119	4.294	4.838
Valor econômico distribuído (R\$)	2016	2017	2018
Custos operacionais	Não disponível	34,61	29,37
Sálários e benefícios de colaboradores	Não disponível	13,02	14,71
Pagamento a provedores de capital	Não disponível	4,75	2,87
Pagamentos ao governo	Não disponível	24,8	24,83
Pagamentos a credores	Não disponível	14,18	12,82
Investimentos na comunidade	Não disponível	7,38	14,08
Total	Não disponível	97,91	98,28

1. Inclui os valores arrecadados no Brasil e nas operações da América Latina.

2. A metodologia foi revisada para refletir melhor as demonstrações financeiras da Natura, com uma alocação revisada de alguns itens. Não foi possível retroagir essa alocação para 2016.

3. Considera o lucro líquido atribuído a acionistas controladores e também a participação de não controladores.

4. Valores recalculados à luz das diretrizes GRI, considerando arrecadação Cnr Para Ver, volume de negócios na Amazônia e investimentos nas comunidades fornecedoras (exceto fornecimento); investimentos nas comunidades do entorno; Movimento Natura e apoio e patrocínios.

5. Fonte: Bloomberg.

6. A metodologia foi revisada para refletir melhor as demonstrações financeiras da Natura, com uma alocação revisada de alguns itens. Não foi possível retroagir essa alocação para 2016.

Fonte: Relatório Anual Natura 2018